

## Gestão Ambiental Municipal Planejamento do futuro do território é tema de inúmeros projetos

*Agenda 21, plano diretor, zoneamento, fórum, edital, diagnóstico participativo. Essas são algumas das palavras que andam circulando entre nas prefeituras, clubes de serviço, empresários e outros segmentos da sociedade em vários municípios do Portal da Amazônia. O objetivo é apoiar-los na elaboração de planos e estratégias que os ajudem a crescer de forma desenvolvimento sustentável. E todos eles têm uma exigência: toda a sociedade tem que participar. Mas para que isso seja possível, todo esse palavrório diferente tem que, primeiro, cair na boca do povo.*

**Página Central**

A resposta depende  
de você e da sua comunidade  
ou bairro!



### Municípios próximos à BR-163 têm incentivo especial

Ministério do Meio Ambiente lançou editais específicos para atender o perfil da área de influência da Cuiabá-Santarém

**Pág. 6**



### Alta Floresta começa a implementar seu Plano Diretor Participativo

**Pág. 6**

### Rochedo e Glega Cinco Mil analisam situação do entorno do Parque Cristalino



Jovens e lideranças comunitárias estão envolvidos em projeto para realizar o próprio diagnóstico e propor caminhos e alternativas para o desenvolvimento das famílias assentadas no entorno da área protegida

**Pág. 8**

### Marcelândia junta secretarias e dá exemplo no Portal da Amazônia

**Pág. 3**

### Biodiversidade da Amazônia: a versatilidade do guaraná

**Pág. 7**



# Editorial

O ano de 2006 promete ser bem movimentado no Portal da Amazônia. Vários projetos e iniciativas sustentáveis pontuam todo o território, mostrando que o desenvolvimento da região pode ser diferente – incentivo e políticas públicas adequadas para isso, valorizando a participação local. Somente de gestão ambiental no âmbito das prefeituras, sete dos 16 municípios estão desenvolvendo seus projetos de Agenda 21, Plano Diretor Participativo e Zoneamento Ecológico-Econômico. Esse é o tema da primeira edição da Folha deste ano: o que são cada uma dessas iniciativas e porque elas são importantes para a região. Experiências importantes como a junção de algumas secretarias em Marcelândia e a participação dos jovens em Alta Floresta estão retratadas nesta edição, que mostra o panorama dos projetos que estão e estarão acontecendo no Portal. Também mostramos nessa edição o início de um importante trabalho de educação e mobilização social desenvolvido no entorno do Parque Estadual do Cristalino nas glebas Rochedo e Cinco Mil, do município de Novo Mundo. A Folha acredita no potencial transformador dessas iniciativas e muitas outras que estarão nas páginas do jornal do território ao longo deste ano. Boa Leitura!

## O que é...

### ... território Portal da Amazônia?

O território Portal da Amazônia é um conjunto de 16 municípios com características ambientais, sociais e econômicas semelhantes, onde os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente desenvolvem projetos de apoio ao desenvolvimento rural e sustentável. É no território Portal da Amazônia que atua o Ceaaf – Conselho Executivo das Ações da Agricultura Familiar, um grupo de instituições que representam prefeituras, movimentos sociais, empresas de assistência técnica, sindicatos de trabalhadores rurais, instituições de ensino e organizações não-governamentais, que discutem a formatação de um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável para toda região dos 16 municípios. Os 16 municípios que compõem o território são: Alta Floresta, Apicás, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Matupá, Marcelândia, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Monte Verde, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte.

## Opinião

Planejando um futuro sustentável

AGENDA 21

## PORQUE FAZER AGENDA 21 LOCAL

A Agenda 21 é um programa para o século 21 a ser colocado em prática pelos países, regiões, municípios. Ele expressa o desejo de 179 países (que assinaram o tratado em 1992), entre eles o Brasil, de mudança do modelo de desenvolvimento, da forma como nosso planeta, nosso país, nossa região, nosso município, nosso bairro, vem sendo ocupado. A intenção é firmar um compromisso entre todas as pessoas, organizações, associações, entidades e, instituições de um mesmo local para

garantir ao mesmo tempo o desenvolvimento humano, justiça social, sustentabilidade econômica, qualidade de vida e respeito à natureza.

A Agenda 21 local é muito importante, pois vamos juntos definir quais são nossos problemas e o que queremos e devemos fazer para resolvê-los e melhorar nossas vidas, na região, na cidade, no bairro, comunidade. Por se tratar de futuro, do nosso desenvolvimento, a participação de todos na Agenda 21 e de outros espaços onde como conselhos municipais, re-

gionais, e territoriais é de extrema importância.

Em Alta Floresta isso será feito através de 50 oficinas que ouvirá toda a população para fazer o diagnóstico participativo, ou seja, saber dos problemas que temos e o que pensamos do futuro da nossa Cidade. A participação de todos é muito importante para que as cidades do futuro sejam aquilo que as pessoas sonham.

*Vander Freitas e Anderson Flores, Coordenação Agenda 21 de Alta Floresta*

## Expediente

  
Portal da Amazônia

*Coordenador Gestor:*  
José Alesandro Rodrigues

*Redação e Reportagem:*  
Gisele Neuls - (DRT/RS 12874)

*Estagiário:*  
Moises Lisboa

*Projeto Gráfico:*  
Juliana Arini

*Editoração Eletrônica:*  
Elenor Cecon Jr - Editora EGM

*Ilustrações:*  
Valdeci Viana

*Jornalista Responsável:*  
Gisele Neuls - (DRT/RS 12874)

*Endereço:*  
Avenida Ariosto da Riva, nº 3473  
Cento - Alta Floresta/MT  
(66) 3521 8555  
folha@estacaovida.org.br

*Tiragem:*  
3.000 exemplares

**Realização:**



**Apoio:**  
Coopernova, Cooperagrega

## Marcelândia dá exemplo no Portal da Amazônia

O município de Marcelândia teve seu projeto aprovado na primeira chamada do edital 03/2005, do Fundo Nacional do Meio Ambiente e terá 18 meses para desenvolver as atividades da Agenda 21, zoneamento ecológico-econômico e elaborar seu Plano Diretor Participativo. O projeto está sob a coordenação da Secretaria de Planejamento, mas tem relação íntima com as secretarias do Meio Ambiente e da Agricultura.

Foi por isso que, com os recursos recebidos para estruturação do órgão ambiental do município, as três secretarias resolveram se unir

não só na execução do trabalho, mas fisicamente também. Desde abril deste ano, as três secretarias compartilham a mesma sala e a equipe de trabalho, especialmente nas atividades do projeto da Agenda 21.

“Com a junção sabíamos que teríamos muitos desafios. O primeiro era o de relacionamento entre as pessoas, porque nós tiramos as paredes. Não há salas, cada um tem que olhar nos olhos do outro o dia todo”, conta Sirleni Juliani, secretária de Planejamento. Segundo ela, as equipes já realizaram reuniões para

avaliar a junção das secretarias e o resultado foi positivo: “Ninguém quer voltar ao passado”. Para ajustar o ambiente de trabalho, o grupo de secretários e a equipe tomaram medidas como uma reunião semanal toda segunda-feira para elaborar o plano de trabalho semanal coletivo. A iniciativa é um bom exemplo de que, com criatividade e boa vontade, se pode melhorar o trabalho e otimizar os gastos no poder público.



## Rede Brasileira de Agendas 21 Locais vai integrar projetos

Uma iniciativa do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS) apoiada pelo Ministério do Meio Ambiente vai reunir os projetos de Agenda 21 de todo país em uma rede de troca de experiências e

saberes: a Rede Brasileira de Agendas 21 Locais.

Na região Norte, o Grupo de Trabalho Amazônico é o articulador da rede, e no Centro-Oeste, a Fundação Brasil Central (Cebrac). Os articuladores têm a tarefa de divulgar a rede e conectar os projetos entre si. O objetivo é promover a integração e o intercâmbio de informações e experiências e o fortalecimento dos processos de elaboração e implementação de Agendas 21 Locais em todas as cinco regiões do país. Informações podem ser acessadas na página da internet

[www.mma.gov.br/agenda21](http://www.mma.gov.br/agenda21)



## Planos diretores têm que ficar prontos até 2006

De acordo com as normas do Ministério das Cidades, todos os municípios com população acima de 20 mil habitantes, ou que estão na área de abrangência das regiões metropolitanas devem concluir seus planos diretores até outubro de 2006. Aquelas que já elaboraram os planos há mais de 10 anos também são obrigadas a revisar e atualizar os documentos. Em Mato Grosso, 21 municípios precisam concluir seus planos, entre elas, Alta Floresta. O município já concluiu o processo em 2003 e agora se prepara para implementar as ações previstas.

A Seplan - Secretaria

Estadual de Planejamento, que realizou o zoneamento do estado, tem apoiado todos os projetos de zoneamento e plano diretor de Mato Grosso. Para isso, criou o Núcleo de Apoio à Campanha do Plano Diretor Participativo, composto de técnicos que representam a Caixa Econômica Federal, Conselho Regional de Arquitetura e Engenharia, Tribunal de Contas do Estado e Instituto dos Arquitetos do Brasil, entre outros. O Núcleo tem oferecido capacitações em vários municípios e auxiliado no esclarecimento de dúvidas na elaboração dos planos.

## Como lidar

O século vinte e um  
É algo bastante incomum  
Com a temperatura subindo  
E a humanidade se destruindo

Mas a vida não desiste  
Planta, bicho e gente resiste

Em muitas pessoas capazes  
E modos de vida sustentáveis

Pensando no econômico e social  
Junto com o ambiental e cultural  
Organizando o que de melhor temos  
E construindo juntos o que seremos

Tem nome de agenda mas é um jeito  
Tem também um número mas é a vida  
A união de diferentes com todo respeito  
A agenda vinte e um, idéia e lida

José Arnaldo de Oliveira - Rede GTA

# Gestão Ambiental Municipal: população é chamada para discutir seu futuro

Agenda 21, plano diretor, zoneamento, fórum, edital, diagnóstico participativo. Essas são algumas das palavras que andam circulando entre as prefeituras, clubes de serviço, empresários e outros segmentos da sociedade em vários municípios do Portal da Amazônia. Tratam-se dos projetos de Gestão Ambiental Municipal, apoiados pelos ministérios das Cidades e do Meio Ambiente (MMA) e pela Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan) em Mato Grosso desde 2003. O objetivo é apoiar os municípios a elaborarem planos e estratégias que os ajudem a crescer de forma desenvolvimento sustentável. E todos eles têm uma exigência: toda a sociedade tem que participar. Mas para que isso seja possível, todo esse palavrório diferente tem que, primeiro, cair na boca do povo.

O que já acontece em alguns municípios, onde os projetos começaram há um ano, como é o caso de Alta Floresta e Nova Bandeirantes, dois dos sete municípios do território que estão recebendo verba do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) para desenvolver estudos e discussões com a população para planejar o crescimento da região a longo prazo.

## Agenda 21: como surgiu

Em 1992 aconteceu no Brasil um encontro de governantes de mais de 100 países, a chamada Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, rapidamente apelidada de Eco92, ou Rio92 uma referência ao Rio de Janeiro, cidade onde aconteceu o encontro. Esses países foram chamados pela ONU para discutir uma forma de garantir a sobrevivência da população humana sem acabar com todos os recursos naturais do planeta. No encontro chegaram à conclusão que é possível garantir o desenvolvimento e o bem estar de todos em harmonia com o ambiente, mas para isso era preciso mudar a forma de planejar as cidades, a produção, os usos dos recursos naturais, entre outras coisas.

Foi daí que surgiu a Agenda 21, um documento de 40 capítulos com orientações para os governos de todos os países implantarem programas, ações e medidas para caminhar em direção à sustentabilidade. As orientações são para todos os assuntos: desde o clima e proteção das florestas até a saúde, educação, infra-estrutura, desenvolvimento rural, e muitos outros temas. Mas cada país é diferente e por isso cada um assumiu o compromisso de elaborar a sua Agenda 21. O Brasil concluiu a sua em 2002 e desde então o MMA vem apoiando os municípios brasileiros a fazerem as suas Agendas 21 Locais.

## As cidades do futuro

Na prática, a Agenda 21 Local é um instrumento de planejamento de políticas públicas municipais. Uma espécie de guia, onde estão retratados o perfil do município, os problemas e ações que a população considera prioritários e ainda o desenho do município que a população sonha em ter no futuro. Com esse guia, o poder público tem um documento que orienta sua atuação de acordo com o que a população acha prioritário o que pode melhorar e muito a gestão das cidades, já que o município terá um projeto de desenvolvimento e os políticos têm que se adaptar a ele, e não o contrário como costuma acontecer.

Mas a Agenda 21 pode ser mais do que isso. Quanto mais a população participar das discussões, mais vai se tornar "dona" da sua cidade, sabendo quais são seus problemas e dando sua opinião sobre como quer que esses problemas sejam enfrentados. Mais que as prefeituras e o poder público, cada setor do município pode descobrir o que pode fazer para melhorar sua região, compartilhando a responsabilidade pela construção da cidade que todos sonham. Não será uma fórmula mágica para resolver todos os problemas dos municípios, mas um documento discutido com a população que aponta caminhos e prioridades.

## Zoneamento Ecológico-Econômico

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é um estudo amplo feito no município sobre suas características sociais, econômicas e ambientais. Fazer um zoneamento significa fazer um diagnóstico das qualidades de solo existentes no município, levantamento da fauna e da flora, e também da situação econômica e

social, levantando dados sobre o que é produzido e como, com é a dinâmica da economia, o grau de instrução da população, acesso a serviços de saúde e saneamento.

Com esses dados mais detalhados, o município pode decidir melhor como investir seus recursos em todos os setores do município. É como o agricultor que decide, na sua propriedade, onde vai fazer a casa, onde vai ser o pasto, o curral, o pomar, o

ticos que vão orientar o município a decidir para onde o núcleo urbano pode se expandir com segurança e melhor aproveitamento, quais são as áreas de floresta que devem ser preservadas, qual o potencial agrícola do município, através dos estudos de solo e assim por diante.

## Plano Diretor Participativo

O Plano Diretor é um instrumento de gestão municipal previsto na Constituição



Desde 2003, o Ministério das Cidades exige que os planos sejam elaborados de forma participativa, garantindo a expressão de todos os segmentos da sociedade. O Plano Diretor Participativo (PDP) é uma lei municipal que vai dizer o que pode, o que não pode e como se pode fazer várias coisas dentro do município. Vai regular a construção civil dizendo as áreas onde não se podem construir prédios de mais de 10 andares, por exemplo, depois de estudar os solos e saber quais são as zonas mais frágeis que podem causar problemas no futuro.

## Participação popular

Esses processos de planejamento exigem a participação de todos os segmentos da sociedade. Isso é necessário para que os documentos, orientações e projetos que saem das discussões e estudos sejam realmente a cada e o desejo das pessoas que vivem nos municípios e não apenas de um grupo de técnicos e gestores públicos (prefeitos, secretários, vereadores, etc).

Para garantir a participação social, os projetos de Agenda 21, Plano Diretor Participativo (PDP) e Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) aprovados devem constituir fóruns ou comissões de acompanhamento. São instâncias de participação e decisão como os Conselhos Municipais da Educação e da Saúde, por exemplo. Devem ser criados através de decretos ou leis municipais que vão determinar quantas entidades da sociedade civil e do poder público devem participar e as prefeituras têm que garantir seu funcionamento.

Os fóruns ou conselhos, então, são compostos de representantes do setor produtivo, poder público, movimentos sociais, organi-

zações não-governamentais, clubes de serviços, etc. As pessoas indicadas por suas entidades vão se reunir periodicamente para acompanhar o andamento do projeto e ajudar a

tomar decisões quando necessário. São como fiscais e orientadores do projeto, que têm o dever de garantir que os projetos sejam corretamente executados e de levar para as entidades e segmentos que representam as informações sobre o andamento do processo. Se for preciso adiar uma etapa do processo de elaboração da Agenda 21, por exemplo, é o Fórum da Agenda 21 quem deve discutir e aprovar esse adiamento.

Mas só um fórum ou conselho com representantes não garante que toda a cidade, nas zonas urbana e rural, vão participar das discussões e escolhas. É por isso que todos contam com uma etapa chamada de diagnóstico participativo. São encontros de um turno ou até mesmo de três ou quatro dias em que as comunidades e bairros são chamados a dizer como vêm as microrregiões onde moram, quais os principais problemas e os potenciais de desenvolvimento e o que cada comunidade considera mais importante. Assim, além de auxiliar na definição de prioridades de investimento em cada setor do município para o poder público, o diagnóstico pode servir para a própria comunidade exigir atenção para suas necessidades.

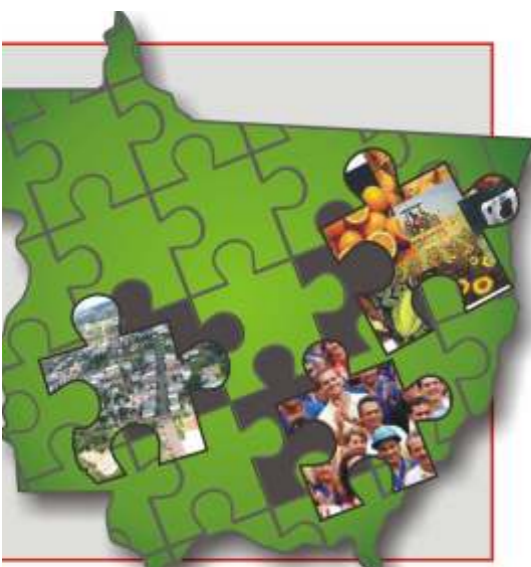


Por exemplo, se uma comunidade rural decide em seu diagnóstico que sua vocação é para produção de frutas, quando chegar um técnico de uma empresa ou um político prometendo resolver todos os problemas da região trazendo um laticínio, a comunidade tem um em mãos um argumento para dizer: não queremos um laticínio, mas uma agro-indústria de polpa. A chance de vermos os famosos elefantes brancos espalhados pela região diminui, e muito!

## Diferenças e semelhanças

Todos os três instrumentos Agenda 21 Local, Plano Diretor Participativo e Zoneamento Ecológico-Econômico servem para ajudar o poder público e a sociedade a decidirem como seus municípios vão ser daqui a 10 ou 20 anos e que caminho vão pegar para chegar lá. Quando esses processos são realmente participativos, não há dúvidas de que as cidades caminham melhor. Mas se todos são instrumentos de gestão e todos são participativos, qual a diferença entre eles?

A diferença é mesmo difícil de entender, porque todos esses processos são dependentes um do outro e acabam



se completando. Mas, grosso modo, dá para dizer que o zoneamento facilita a identificação das áreas de um município ou região para diversos usos (agrícola, construção, captação de água, preservação). O plano diretor normatiza, ou seja, transforma em lei os diversos usos e atividades possíveis em cada área do município, e a Agenda 21 vai dizer como essas atividades vão se desenvolver.

Exemplo: o zoneamento identifica todos os rios que banham o município e indica que 10 pontos são ideais para captação de água para trata-

mento e distribuição. A partir disso o Plano Diretor coloca em sua lei que nesses 10 pontos não pode haver construção civil nem lavoura, para não contaminar a água com agrotóxicos. A Agenda 21 vai dizer que a melhor opção para os agricultores que moram próximos a esses rios é trabalhar com agricultura orgânica, para preservar a sua saúde e a qualidade das águas que servem todo o município. E tudo isso não será imposto de cima para baixo, como costuma acontecer, mas vai ter sido discutido com toda a população

### Em Alta Floresta, oficinas proporcionam união nas comunidades

A primeira oficina de diagnóstico participativo para construção da Agenda 21 de Alta Floresta foi realizada na comunidade rural Estrela do Sul. Lá a população apontou o desmatamento e o atendimento em saúde como os dois problemas que merecem ações prioritárias. Daniela Vieira Ferreti, coordenadora do Grupo de Produção e Resistência da Pastoral da Juventude Rural na Estrela do

Sul avalia que a oficina de diagnóstico pode ser um combustível para animar o trabalho na comunidade. "As pessoas ficam tocadas, entram em contato com vizinhos que têm coisas importantes para falar e que com quem antes não conversavam sobre esses assuntos. E se sentem provocadas e encorajadas a trabalhar porque vêem que não estão sozinhas", reflete. Em todo o município, um terço das 50 oficinas programadas já foram realizadas.

## SAIBA QUAIS SÃO OS PROJETOS EM ANDAMENTO NO PORTAL DA AMAZÔNIA

Município	Projeto	Situação
Alta Floresta	Agenda 21 (edital 02/2003) PDP	Começou em 2005 e está realizando as oficinas de diagnóstico participativo e a previsão de conclusão é 2006. Foi elaborado em 2003 e está em fase de implementação e elaboração de leis complementares, com apoio da Seplan.
Carlinda	Agenda 21 (edital 02/2003) PDP (edital 03/2005)	Departamento de Meio Ambiente, foi conveniado no início deste ano. Está em fase de estruturação do Departamento de Meio Ambiente e do Fórum da Agenda 21. Tem 12 meses para ser concluído. Foi aprovado no ano passado, mas ainda não assinou o convênio para receber os recursos.
Paranaíba	Agenda 21 (edital 02/2003)	Assinou o convênio no início deste ano
Marcelândia	Agenda 21, PDP e ZEE (edital 03/05)	Assinou o convênio no início do ano. Já estruturou a secretaria e está começando a fase de divulgação e mobilização social
Nova Bandeirantes	ZEEP	Projeto começou no início do ano passado, já realizou uma parte do levantamento de dados. Está na fase do diagnóstico participativo.
Novo Mundo	A21+PDP (edital 03/2005)	Foi aprovado no ano passado, mas ainda não assinou o convênio para receber os recursos.
Terra Nova do Norte	A21+PDP (edital 03/2005)	Foi aprovado no ano passado, mas ainda não assinou o convênio para receber os recursos.

## Municípios próximos à BR-163 têm incentivo especial

Em 2003, o Fundo Nacional do Meio Ambiente, ligado ao MMA, lançou dois editais oferecendo apoio para prefeituras para desenvolverem projetos de fortalecimento da sua gestão ambiental, especialmente na Amazônia. O objetivo do edital 05/2003 era apoiar a estruturação das secretarias e departamentos de meio ambiente nos municípios e apoiar o funcionamento dos conselhos e fundos muni-

cipais de meio ambiente.

Ainda em 2003, outro edital, o 02/2003, oferecia recursos para os municípios elaborarem suas Agendas 21 Locais, com a orientação específica de obter um plano de intervenção em áreas alteradas e um plano local de desenvolvimento sustentável. "O objetivo era estimular a definição de uma pauta de desenvolvimento para a região com bases sustentáveis e a partici-

pação popular", explica Carlos Felipe Abirached, técnico do Programa Agenda 21 do MMA.

Abirached diz que, depois de analisados e aprovados os projetos, se percebeu que muitos municípios do norte do país não haviam conseguido captar os recursos, e em 2005 foi lançado um edital específico para os municípios da área de influência da BR-163, com foco no ordenamento territorial e apoiando a elabo-

ração dos planos diretores com um enfoque para a sustentabilidade.

"Se o plano diretor e o zoneamento tinham características muito técnicas, a Agenda 21 tem dado um caráter de participação social na definição de instrumentos importantes para os municípios", analisa o técnico, que tem acompanhado pessoalmente os projetos na região do Portal da Amazônia.

Biodiversidade  
em CenaO guaraná da  
Amazônia

Nativo da floresta amazônica, o guaraná (*Paullinia cupana*) é um bonito fruto vermelho, branco e preto que lembra um olho. Ou muitos olhos, já que dá em cachos grandes e fartos. É do guaraná que se faz um refrigerante brasileiro por excelência, exportado para fora do Brasil como artigo de sabor exótico. Da fruta, além do xarope que gera o famoso refrigerante, também se produz bastão e pó para uso em refrescos e outras receitas.

Suas flores são brancas e se nascem agrupadas ao longo do caule. Quando cresce no interior das matas, dependendo das condições de luz, pode se associar a grandes árvores e conviver num intrincado mundo de galhos e folhas, chegando a subir bem alto. Mas se cresce em local aberto e ensolarado, o guaraná permanece rasteiro, em arbustos de cerca de um metro. Sua propagação natural é por sementes e frutifica de janeiro a março. A colheita, no norte de Mato Grosso, é geralmente em outubro.

Hoje o guaraná é cultivado em várias outras regiões do Brasil, mas o grosso da produção se concentra na região de Maués, no Amazonas. Também há produção na Bahia e em Mato Grosso onde a produção do Portal da Amazônia se destaca por ser orgânica e certificada.

O guaraná possui entre suas propriedades a de regulador intestinal, mas é mais conhecido como um poderoso estimulante, motivo pelo qual é considerado afrodisíaco. O guaraná contém alto teor de cafeína (de 4 a 5%) e é muito usado por estudantes e trabalhadores com jornadas longas de trabalho.

Fonte: Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro/USP, Instituto Socioambiental - ISA



Secom/MT

Receita  
AmazônicaRefresco de  
guaraná**Ingredientes:**

- 1 colher de sopa de guaraná em pó ou duas de xarope concentrado
- suco de dois ou três limões
- 1 litro de água filtrada
- açúcar mascavo
- gelo à gosto

**Preparo:**

Bata o limão sem pele e sem sementes no liquidificador junto com a água e o pó de guaraná. Adoce a gosto com açúcar mascavo também batendo no liquidificador. Sirva imediatamente, para não azedar o limão. Se usar xarope, cuidado para adoçar, pois normalmente os xaropes já vêm adoçados.

**Dica:**

O pó de guaraná também pode ser misturado a outros sucos de fruta, como laranja e mamão. Batido com polpa de açaí, banana e mel, vira uma vitamina altamente energética e saborosa.

Dica  
Agroecológica

## Controle de cochonilhas

**Ingredientes:**

- 1 litro de querosene; Controle de cochonilhas farinhentas e icerias
- 250 gramas de sabão comum
- 20 litros de água

**Modo de preparar:**

Dissolva o sabão em 2 litros de água quente. Em seguida, agite bem forte e vá despejando lentamente a querosene e o restante da água, até completar os 20 litros. Para maior aderência da calda, deve-se adicionar 1 quilo de farinha de trigo de baixa qualidade para cada receita. Quando a água com o sabão dissolvido estiver fervendo, adicionar a farinha (dissolver antes em água fria para não embolotar).

**Modo de usar:**

Dissolva o sabão em 2 litros de água quente. Em seguida, agite bem forte e vá despejando lentamente a querosene e o restante da água, até completar os 20 litros. Para maior aderência da calda, deve-se adicionar 1 quilo de farinha de trigo de baixa qualidade para cada receita.

Recorte e Colecione

## Comunidades rurais vão analisar situação do entorno do Parque Cristalino

Jovens e lideranças comunitárias de dois assentamentos localizados no entorno do Parque Estadual do Cristalino, no extremo norte de Mato Grosso, participaram em abril uma oficina sobre Comunicação e Desenvolvimento Sustentável e deverão realizar em breve seu diagnóstico sócio-econômico. O objetivo do trabalho é analisar a situação das comunidades que vivem no entorno da área protegida.

Renato Farias, coordenador-executivo da Fundação Ecológica Cristalino (FEC), proponente do trabalho, explica que a instituição vem trabalhando há anos com questões relacionadas ao Parque e seu entorno e uma de suas demandas é justamente fazer um diagnóstico na área. Segundo Farias, a Fundação quer realizar um trabalho que envolva as famílias dos dois assentamentos que estão localizados no entorno Rochedo e Cinco Mil, o município de Novo Mundo.

"A partir dos primeiros contatos, a gente percebeu que além do levantamento, era importante que a comunidade se interessasse pelos problemas que envolvem estar naquele ambiente, e compreender a importância do parque na

vida delas", relata.

O trabalho vem sendo realizado em parceria com o Instituto Ouro Verde (IOV), com larga experiência em trabalhos de educação e mobilização no meio rural. Para o ministrante da oficina Alexandre Olival, um dos principais objetivos do encontro foi identificar pessoas que poderiam ter um papel de mobilização e liderança dentro das comunidades. "O grande sinal de que a oficina cumpriu seu papel foi o interesse das pessoas em continuar o trabalho nas suas comunidades", avalia o educador do IOV.

### Invertendo a lógica

A ideia principal das atividades da FEC é não levar para as comunidades falsas esperanças nem propostas milagrosas de desenvolvimento. Renato Farias explica o motivo para propor que a própria comunidade realize seu diagnóstico de forma participativa: evitar o modelo tradicional de contratação de técnicos especializados, que vão até as comunidades, fazem os levantamentos e as famílias raramente se apropriam do que foi diagnosticado.

"Queremos saber como a FEC e as outras instituições que trabalham conosco podem contribuir com aquela comunidade do ponto de

vista das famílias assentadas e não a partir do que nós achamos que é importante para elas", afirma o coordenador.

A ideia parece ter sido bem vinda pelos agricultores participantes da oficina. Depois de três dias discutindo desenvolvimento sustentável e estruturação de programas, e elaborando as linhas gerais do seu diagnóstico, Alessandra Marcondes Santos, moradora da Gleba Cinco Mil, afirma que mudou sua visão sobre a realidade do assentamento.

"Através desse trabalho eu pude identificar que não devemos deixar as pessoas colocarem na nossa cabeça o que nós devemos fazer. A comunidade é que tem que decidir o que quer e não deixar os outros fazerem por nós", ensina.

O trabalho parece o primeiro passo para comunidade compreender o significado de morar no entorno de uma unidade de conservação. Geraldo Fagundes de Souza, morador do Assentamento Rochedo e vizinho muito próximo do Parque Estadual do Cristalino afirma que não tem relação nenhuma com a área.

"Pelo que eu vi no mapa, existe uma relação muito grande entre o assentamento e o parque, mas no momento não faz diferença. Nós não conhecemos, não sabemos onde é, não vimos a importância dele", conta. Na Cinco Mil, o relato do professor César Augusto Brasil não é diferente: "Tenho curiosidade, mas nunca entrei no parque".



FEC/Divulgação

**Moradores do assentamento localizado em torno do Parque**

**Vista parcial do Parque Cristalino**



Fotos: Will & Gill Center